

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:**

## Sumário

|                                                                                     |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo.....</b>                                                        | <b>2</b>  |
| Título: Polêmica desnecessária .....                                                | 2         |
| Título: Espaço de militares no governo será o maior desde a redemocratização .....  | 3         |
| Título: Conta de luz terá alívio .....                                              | 5         |
| Título: Novo ministro é um defensor da Amazônia azul .....                          | 5         |
| Título: Almirante assumirá a pasta de Minas e Energia.....                          | 6         |
| Título: Investimento avança, influenciado por mudança tributária .....              | 8         |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                             | <b>9</b>  |
| Título: Almirante vai comandar Ministério de Minas e Energia .....                  | 9         |
| Título: Plataformas de petróleo e PIS/Pasep ajudam no resultado .....               | 11        |
| Título: Bolsa supera barreira de 90 mil pontos no pregão e avança 2,5% no mês ..... | 12        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                          | <b>14</b> |
| Título: Almirante vai comandar Ministério de Minas e Energia .....                  | 14        |
| Título: Conta de R\$ 200 milhões emperra reestruturação da Queiroz Galvão.....      | 16        |
| Título: O conto do sapo .....                                                       | 18        |
| Título: Back to the past .....                                                      | 20        |
| Título: Investimentos têm alta artificial com plataformas.....                      | 20        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense.....</b>                                            | <b>22</b> |
| Título: 7º militar na Esplanada é recado a políticos.....                           | 22        |
| Título: O "balance" das Forças e da economia.....                                   | 24        |

**VEÍCULO: O Globo****Data: 01/12/2018****Seção: Colunas****Autor: Merval Pereira****Título: Polêmica desnecessária**

O complexo de vira-lata de que falava o grande escritor e dramaturgo Nelson Rodrigues nos ataca com frequência, e sua mais recente representação é a “continência” do presidente eleito Jair Bolsonaro para John Bolton, o conselheiro do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A continência é um tipo de “saudação” quando um militar encontra qualquer civil ou autoridade, e tem o significado de um “olá”, um bom-dia, representando apenas a cortesia de um cumprimento. Bolsonaro, ainda na campanha, encontrou-se com o juiz Sergio Moro por acaso, num aeroporto, e cumprimentou-o batendo continência. Seu gesto não representou subserviência, assim como também o então chanceler brasileiro Celso Lafer não foi subserviente ao aceitar tirar os sapatos para a uma vistoria de segurança em um aeroporto dos Estados Unidos, logo depois dos ataques terroristas de 2001. Lafer, como explicou depois, foi apenas republicano, entendendo que, naquele momento específico, “havia uma legislação aplicável a todas as pessoas. Achei que era natural essa preocupação com segurança. Não criei problemas, assim como não criaram nesta mesma ocasião o ministro das Relações Exteriores da Rússia e a ministra do Chile”.

Não foi, porém, por isso que o governo brasileiro deixou de registrar a inconveniência política de exigir do chanceler uma vistoria igual à das demais pessoas. Sem “complexo de vira-lata” que justificasse um escândalo diplomático. Mas esse nosso complexo tem uma marca antecedente emblemática, quando, em 1958, o secretário de Estado americano, John Foster Dulles, visitou o Brasil. Antes de iniciar as conversações oficiais, JK e Dulles aguardavam que os fotógrafos terminassem seu trabalho. Com cara fechada, o americano sentou-se antes do fim da sessão, e quando Juscelino curvou-se para também se sentar, o fotógrafo Antônio Andrade fez um flagrante que foi parar na primeira página do “Jornal do Brasil” e até em jornais como o “New York Times”. A imagem ganhou uma versão carnavalesca: “Me dá um dinheiro aí”, como se a pose significasse a subserviência do Brasil diante dos Estados Unidos. Também a indicação de vários militares para postos importantes no governo Bolsonaro está causando rebuliço desnecessário.

Todos, ou quase todos, ocupam posições de suas especialidades, ou de que já tiveram experiência. E vários deles participaram de forças de paz da ONU. Bolsonaro colocou no Gabinete de Segurança Institucional o general Augusto Heleno, o primeiro comandante da Missão das Nações Unidas para a

estabilização do Haiti (Minustah), entre 2004 e 2005. Na Secretaria de Governo, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, que esteve no Haiti de 2007 a 2009; indicou para o comando do Exército Edson Leal Pujol, líder da força de paz entre 2013 e 2014. O general Fernando Azevedo e Silva será o ministro da Defesa. O general Floriano Peixoto Vieira Neto, que coordenou a missão entre 2009 e 2010, supervisionará a gestão dos contratos de publicidade do governo, na Secretaria-Geral da Presidência. O general integrou a equipe do Centro de Comunicação Social do Exército. O general Maynard Marques Santa Rosa será responsável pelo Programa de Parceria de Investimentos (PPI), que centralizará as privatizações e concessões.

O mais recente indicado foi o almirante de esquadra Bento Costa Lima, **futuro ministro de Minas e energia**. Atuou na Força de Paz da ONU em Sarajevo, representa a prioridade da Marinha, que é o projeto do submarino nuclear. A explicação é simples: hoje, no Exército, uma grande parte dos oficiais e praças tem experiências em missões de paz. O Haiti foi a maior operação sob a égide da ONU, com uma característica especial de que o force commander era sempre brasileiro, o que deu destaque a muitos deles, e experiência na negociação direta com os diversos militares envolvidos nas operações. Assim como o ex-presidente Lula se cercou de sindicalistas, e o ex-presidente Fernando Henrique, de intelectuais e acadêmicos, é natural que Bolsonaro se cerque de militares. Só que precisa incorporar a institucionalidade civil do cargo.

(Amanhã: a alma barroca brasileira e o complexo de vira-lata.)

Correção

O indulto de Natal do presidente Temer livraria da cadeia nada menos que 22 políticos envolvidos na Lava-Jato, mas entre eles não estão, como citei, nem Eduardo Cunha, nem Geddel Vieira Lima.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 01/12/2018**

**Seção: O País**

**Autor: Igor Mello**

**Título: Espaço de militares no governo será o maior desde a redemocratização**

Membros com origem nas Forças Armadas ocupam sete pastas do futuro Ministério de Bolsonaro, o que equivale a 35%

O Ministério do futuro governo de Jair Bolsonaro tem a maior parcela de membros com origem nas Forças Armadas desde a redemocratização. À frente de sete pastas, os oficiais da reserva já ocupam 35% do primeiro escalão — até agora com 20 nomes anunciados. O GLOBO compilou, com base em

informações do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC- FGV) e de seu acervo, a composição inicial dos ministérios de todos os presidentes desde 1964. Entre os ministros do governo Bolsonaro, fizeram carreira no Exército os generais Augusto Heleno (GSI), Fernando Azevedo e Silva (Defesa) e Carlos Alberto dos Santos Cruz (Secretaria de Governo), assim como Wagner Rosário (CGU), que é capitão da reserva, e Tarcísio Freitas, engenheiro na corporação por 16 anos.

O representante da Marinha no governo é **o almirante de esquadra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior (Minas e energia)**, enquanto o tenente-coronel Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia) é oriundo da Aeronáutica. Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro chegou a declarar que metade dos ministérios seriam ocupados por militares. Gustavo Bebianno, futuro titular Secretaria-Geral da Presidência, afirmou ao GLOBO em outubro que a equipe do presidente eleito teria “quatro ou cinco militares”.

#### COLLOR: PERCENTUAL MAIOR

Após a redemocratização, o governo com mais membros das Forças Armadas no primeiro escalão até o momento havia sido o de José Sarney. Assim como Bolsonaro, ele iniciou sua gestão, em 1985, com sete militares. Mas sua equipe era maior do que a do presidente eleito, chegando a 27 órgãos com status de ministério. Já em termos percentuais, a maior participação antes de Bolsonaro ocorreu com Fernando Collor: um terço das pastas (quatro em 12) ficou com militares. Isso porque, até o segundo governo de Fernando Henrique, o número de oficiais era ampliado pelo fato de Exército, Marinha e Aeronáutica terem status de ministérios na época.

Também eram ministros os chefes do Estado-Maior das Forças Armadas e do Gabinete Militar, posteriormente renomeado como Ministério da Casa Militar. Até o governo Sarney o Serviço Nacional de Informações (SNI) — órgão de inteligência que deu suporte à perseguição de opositores da ditadura militar — também tinha status de ministério. Só em 1999 o atual desenho institucional do governo federal foi adotado, com a criação do Ministério da Defesa — que reúne as Forças Armadas. Foi também no início do segundo governo FH que a Casa Militar foi transformada no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência. Desde então, o GSI passou a ser o único órgão de primeiro escalão ocupado por militares, o que ocorreu nos governos Lula, Dilma e Temer. (Colaborou Juliana Dal Piva)

**VEÍCULO: O Globo****Data: 01/12/2018****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Conta de luz terá alívio**

Após sete meses, a conta de luz do brasileiro não terá mais sobretaxa em dezembro e, com isso, o consumidor vai pagar menos. A Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel) informou que estará em vigor, no próximo mês, a bandeira verde. Com isso, não haverá cobrança de taxa extra nas tarifas de eletricidade. Em novembro, estava em vigora bandeira amarela, com custo de R\$1 a cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos.

A justificativa para o fim da sobretaxa está no início do período de chuvas. Segundo a Aneel, apesar de os reservatórios ainda estarem com níveis reduzidos, como aumento do índice pluviométrico, deve haver uma elevação gradual no nível de produção de energia pelas usinas hidrelétricas.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado para sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia. A adoção de cada bandeira, nas cores verde (sem cobrança extra), amarela e vermelha (patamar 1 e 2), está relacionada à despesa para produção. Quando chove menos, é preciso acionar usinas térmicas, que são mais caras que as hidrelétricas. Todo o custo extra é repassado para os consumidores.

Desde abril, a bandeira verde não era aplicada nas contas. Com o período seco, o país passou cinco meses com a bandeira vermelha no segundo nível, pagando mais R\$ 5 a cada 100 kWh consumidos.

**VEÍCULO: O Globo****Data: 01/12/2018****Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez****Título: Novo ministro é um defensor da Amazônia azul**

Segundo ele, submarino com propulsão nuclear será importante para proteger as riquezas naturais da área marítima brasileira

Diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, o **almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior** é um defensor da tecnologia nuclear desenvolvida no Brasil como estratégica para fortalecer a soberania do país e proteger seus recursos naturais. Em entrevista à revista Brasil Nuclear, ele afirmou que o submarino com propulsão nuclear será

importante para "proteger a Amazônia Azul", termo criado pela Marinha para se referir ao mar territorial brasileiro, por suas riquezas naturais.

"O mar foi, é e sempre será uma fonte de riquezas para o Brasil. É na chamada Amazônia Azul, uma imensa área marítima de aproximadamente 4,5 milhões de quilômetros quadrados, que desenvolvemos as atividades pesqueiras, o comércio exterior e a exploração de recursos naturais. É pelo mar que passam 95% das nossas exportações e importações. E é no mar que estão 90% do nosso petróleo. É, portanto, para proteger a Amazônia Azul que vamos ter o submarino com propulsão nuclear", disse à revista.

A nomeação foi bem recebida por representantes das áreas de energia e petróleo. O setor nuclear — cujos projetos ficaram congelados nos últimos anos — acredita que a usina de Angra 3 poderá ser concluída.

— A expectativa é que se termine Angra 3 e se defina a participação da energia nuclear na matriz energética brasileira — disse o presidente da Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan), Celso Cunha.

O Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) comentou, em nota, que espera que o novo ministro dê continuidade à implementação de reformas no setor de óleo e gás e às rodadas de leilões "que permitam a retomada da competitividade de do segmento". Edvaldo Santana, presidente da Abrace, que reúne grandes consumidores de energia, não escondeu a surpresa com a nomeação, mas espera que o novo ministro conduza o setor a uma retomada de crescimento:

— Tínhamos boas opções com conhecimentos técnicos, mas uma visão nova dos problemas, diferente da que prevaleceu nas últimas décadas, talvez seja o que precisamos para retomar o curso da racionalidade.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 01/12/2018**

**Seção: Economia**

**Autor: Manoel Ventura**

**Título: Almirante assumirá a pasta de Minas e Energia**

Bolsonaro surpreende e dá comando de ministério a representante da Marinha, única Força que ainda não estava no primeiro escalão. Bento Costa Lima de Albuquerque Junior é especialista em energia nuclear

BRASÍLIA- O presidente eleito, Jair Bolsonaro, completou a escolha dos principais nomes da área econômica com mais um militar. Sétimo representante das Forças Armadas a compor o novo governo, o almirante Bento Costa Lima

Leite de Albuquerque Junior vai comandar o **Ministério de Minas e energia (MME)**. A escolha surpreendeu até mesmo integrantes da equipe de transição.

Até ontem, os cotados eram nomes do mercado ou políticos ligados ao setor elétrico. Albuquerque Junior, contudo, é desconhecido de técnicos do governo e analistas. Além disso, o novo ministro é especializado na área nuclear, assunto que perdeu relevância no debate internacional recente.

Desde o início da formação do time de Bolsonaro, a pasta de Minas e energia estava na cota dos militares, segundo pessoas que acompanharam as indicações. A área é muito sensível para as Forças Armadas, especialmente por envolver grandes estatais, como Petrobras e Eletrobras. Mesmo assim, havia a expectativa de que um civil endossado pelos militares ocupasse o posto.

#### EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

O presidente eleito, no entanto, optou por um nome da Marinha. O movimento ajuda a contemplar a única Força que ainda não estava no primeiro escalão. Bolsonaro chegou a convidar o almirante Leal Ferreira, comandante da Marinha, para assumir o Ministério da Defesa, mas recebeu uma negativa.

Carioca, Albuquerque Junior tem 60 anos e iniciou a carreira na Marinha em 1973. Tem pós-graduação em Ciências Políticas pela Universidade Nacional de Brasília, MBA em gestão internacional pela Coppead/UFRJ e MBA em Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas, além de ter feito o curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra.

Albuquerque Junior foi assessor parlamentar para defender os interesses da Marinha no Congresso Nacional e diretor-geral da Secretaria da Junta Interamericana de Defesa em Washington (EUA). Atuou ainda como observador militar das Forças de Paz da ONU em Sarajevo, na Bósnia, e em Dubrovnik, na Croácia.

Em nota divulgada ontem, o futuro ministro afirmou que tem como missão criar um ambiente de confiança e previsibilidade para o setor: "Creio que o setor energético brasileiro, importante segmento do Ministério de Minas e energia, precisa, acima de tudo, de um ambiente de confiança e de previsibilidade, tanto para os mercados, quanto para o cidadão consumidor. Esse será meu principal objetivo à frente deste ministério tão importante para o desenvolvimento do Brasil".

Com forte experiência na área nuclear — mas voltada para a Defesa —, Albuquerque Junior é visto como alguém que deve trabalhar para fortalecer o desenvolvimento dessa tecnologia no país. Ele hoje ocupa o cargo de diretor-

geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha. Passou os últimos dois anos concentrado no projeto do submarino de propulsão nuclear que tem sido desenvolvido pelo Brasil em parceria com a França. No governo, deverá dar um destino às obras paralisadas da usina nuclear de Angra 3.

#### LEILÕES E PREÇO DA energia

O setor nuclear, no entanto, está longe de ser o maior desafio de sua gestão à frente da pasta. Ele terá que conduzir organização de um mega leilão de petróleo no pré-sal com potencial de arrecadação que chega a R\$ 100 bilhões. Outros dois leilões de óleo e gás estão programados para 2019. É o Ministério de Minas e energia que vai dizer se as rodadas estão mantidas e decidir tecnicamente cada passo das licitações.

O militar assume o MME após a disparada na conta de luz, que vem subindo acima da inflação em quase todos os estados desde 2015. A profusão de subsídios no setor elétrico contidos na conta de luz é um dos maiores responsáveis por esses preços. Caberá ao MME encontrar solução estrutural para frear as altas.

Solução que também é esperada para hidrelétricas. Com chuvas abaixo da média nos últimos anos, as usinas têm gerado menos energia do que estava definido em seus contratos. Isso produziu um passivo que deve chegar a R\$ 38 bilhões neste ano, a maior parte dele colocado nas tarifas de energia.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 01/12/2018

**Seção:** Economia

**Autor:** Gabriel Martins e Daiane Costa

**Título:** Investimento avança, influenciado por mudança tributária

Para especialistas, expansão de 6,6% foi puxada por novas regras do Repetro, do setor de **petróleo**. Construção civil não ajudou

Os investimentos na economia cresceram 6,6% no terceiro trimestre, em relação ao período anterior. O indicador mostra o quanto é destinado do PIB para aumentar a capacidade produtiva do país. O resultado, que é o melhor desde o último trimestre de 2009, não reflete a realidade. O resultado foi inflado por uma mudança, em vigor desde julho, no Repetro, regime tributário especial para o setor de óleo e gás. Sem o efeito, economistas calculam que a expansão teria sido equivalente a menos da metade.

— Com a mudança, plataformas de **petróleo** antigas, que não eram contabilizadas como investimento, passaram a entrar nessa conta de uma vez

só, distorcendo o resultado — explica Silvia Matos, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Segundo o economista-chefe do Banco ABC, Luis Otávio Leal, sem o efeito do Repetro, o resultado seria de 2,3%. Nas contas do Itaú Unibanco, os investimentos teriam expandido só 1% no terceiro trimestre.

— Esse aumento (de 6,6%) é resultado de um efeito contábil, não significa que o país realmente teve este percentual de investimento no período — explica Artur Passos, economista do Itaú Unibanco.

Com as regras anteriores do Repetro, para contar com o benefício, as empresas "exportavam" plataformas fabricadas no país para subsidiárias no exterior. A embarcação, que não saía do país, era contabilizada como alugada. Neste ano, novas regras permitiram que o benefício estivesse disponível para plataformas que fazem parte do estoque da companhia.

Com isso, as embarcações passaram a ser consideradas importações de máquinas e equipamentos, elevando os investimentos, mesmo que essas operações tenham sido feitas antes do terceiro trimestre.

A alta real, diz Alessandra Ribeiro, economista da Consultoria Tendências, foi motivada pela importação e compra de máquinas e equipamentos e pelo setor imobiliário, num cenário de juro baixo.

Um dos setores que freia os segmentos é a construção civil, que representa cerca de 55% do resultado. A construção é o único setor que ainda está no campo negativo na comparação do terceiro trimestre deste ano com o mesmo período de 2017. Foi o 18º recuo seguido, dessa vez de 1%. Na comparação com o trimestre anterior, no entanto, teve alta de 0,7%. A melhora tem relação direta com o desempenho positivo da atividade imobiliária.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 01/12/2018

**Seção:** Mercado

**Autor:** Talita Fernandes, Lais Alegretti, Tais Hirata e Nicola Pamplona

**Título:** Almirante vai comandar Ministério de Minas e Energia

Presidente eleito põe diretor de área nuclear da Marinha para chefiar pasta; indicação é bem recebida por mercado

BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO- O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), anunciou nesta sexta-feira (30) a nomeação do almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior para o cargo de ministro de Minas e Energia.

A indicação pegou de surpresa o mercado, mas foi bem recebida positivamente, principalmente pelo setor nuclear.

A área tem dúvidas, porém, do impacto da escolha de um militar sobre os planos de privatizações defendidos pela área econômica do governo, que envolvem ativos dos setores de energia e petróleo.

Em nota divulgada nesta sexta, o futuro ministro disse que seu objetivo será garantir um "ambiente de confiança e de previsibilidade, tanto para os mercados, quanto para o cidadão consumidor".

Albuquerque ocupa hoje o cargo de diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha e coordena, entre outras atividades, o projeto de construção de submarinos a propulsão nuclear — que foi alvo da Operação Lava Jato diante de denúncias do pagamento de propina.

É defensor do desenvolvimento da tecnologia para defender a chamada Amazônia Azul, faixa de mar que compreende reservas de petróleo. Em abril, defendeu durante discurso no Clube de Engenharia do Rio a ampliação da energia nuclear.

"Nós entendemos que investimento em tecnologia nuclear é um compromisso com as gerações futuras e [que] a diversificação da nossa matriz energética significa segurança também", afirmou, segundo a assessoria de comunicação do Clube de Engenharia.

O Brasil tem hoje duas usinas nucleares e tenta destravar as obras da terceira, Angra 3, paralisadas desde 2015 após descoberta do esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato.

Albuquerque afirma que, com grandes reservas de urânio e domínio sobre o ciclo de produção do combustível, o Brasil tem de investir em novas usinas nucleares.

"Para nós, foi uma surpresa extremamente agradável", disse a presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear, Olga Simbalista.

Técnicos do setor ouvidos pela Folha disseram que a nomeação do almirante agrada em comparação a nomes que vinham sendo aventados, principalmente pela expectativa de maior independência em relação a forças políticas.

Um dos candidatos ao cargo era o deputado federal Jaime Martins (Pros-MG), que teria sido indicado por Bolsonaro. Havia pressão também do atual **ministro, Moreira Franco (MDB)**, para conseguir emplacar um nome.

Nas redes sociais, Moreira Franco elogiou o sucessor. "Muito bem preparado para as responsabilidades técnicas e de comando do setor. Conhece o funcionamento e os desafios da convivência no Parlamento", escreveu.

Especialistas levantam dúvidas sobre o alinhamento do almirante às privatizações.

A ala militar do governo tem maior propensão a entender determinados setores como estratégicos, ao contrário da visão do grupo do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes. Por outro lado, dizem fontes, o vice-presidente eleito, General Hamilton Mourão, tem dado demonstrações que contrariam essa expectativa.

Com a indicação de um militar, especialistas querem técnicos no segundo escalão.

"Esperamos a formação de uma equipe técnica qualificada, que preze pelo diálogo e a boa convivência e continue o trabalho iniciado nas gestões anteriores", afirmou Nelson Leite, presidente da Abrade e (associação que reúne as distribuidoras de eletricidade).

O almirante Bento Albuquerque foi o 20º nome escolhido por Bolsonaro para o primeiro escalão de seu governo, sendo o primeiro da Marinha brasileira.

Ele já foi observador das Forças de Paz das Nações Unidas na Bósnia e Herzegovina e na Croácia. Foi também assessor parlamentar do gabinete do ministro da Marinha no Congresso Nacional.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 01/12/2018

**Seção:** Mercado

**Autor:** Nicola Pamplona

**Título:** Plataformas de petróleo e PIS/Pasep ajudam no resultado

O consumo das famílias e os investimentos tiveram papel preponderante no desempenho do PIB do terceiro trimestre, mas ambos foram turbinados por variáveis extraordinárias.

Motor histórico do PIB, o consumo das famílias subiu 0,6% no terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre.

A alta, porém, foi influenciada por recursos do PIS/Pasep para trabalhadores que tinham direito a saques no período de julho a setembro. Foram R\$ 12 bilhões.

De acordo com analistas, contudo esse impacto foi pontual e o consumo foi positivamente influenciado por outros fatores, como a inflação sob controle, juros baixos e crédito em recuperação.

Do lado dos investimentos, uma alteração na importação de plataformas de petróleo ajudou a impulsionar o indicador, que subiu 6,6% no terceiro trimestre, o melhor resultado desde o último trimestre de 2009.

A partir de março, plataformas passaram a ser consideradas ativos permanentes das petroleiras no país, e não mais prestação de serviços pagos a subsidiárias ou fornecedores no exterior, como previam as regras do regime de benefícios para o setor, o Repetro.

O Repetro foi renovado no fim de 2017, com extensão de seu prazo de vigência de 2019 para 2040 e alterações em seu funcionamento. "É uma forma de fazer com que a plataforma fique aqui e não tire divisas do país [com o aluguel ou o pagamento pelos serviços] ", explica Carolina Bottini, sócia do escritório Tauil & Chequer.

Em 2018, a Petrobras recebeu cinco novas plataformas de petróleo. Outras três estão previstas para entrar no país até o ano que vem, com impactos nas contas nacionais.

Julio Janiolo, do Vinhase Redenschi Advogados, diz que em 2020 as plataformas já em operação no país terão que aderir ao novo regime, o que pode gerar fortes distorções nos dados do IBGE. A maneira como isso será feito ainda está em discussão.

, Rebeca Palis, do IBGE, ressaltou, porém, que a nova contabilização das plataformas não teve impacto no resultado final do PIB. Assim, embora a mudança tenha elevado a taxa de investimento de 16,1% para 16,9% do PIB, o resultado final seria os mesmos 0,8%.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 01/12/2018

**Seção:** Economia

**Autor:** Tássia Kastner

**Título:** Bolsa supera barreira de 90 mil pontos no pregão e avança 2,5% no mês

São Paulo- A Bolsa brasileira terminou o mês de novembro com ganho de quase 2,5% e muito perto dos 90 mil pontos, guiada pelo otimismo de investidores locais após a eleição de Jair Bolsonaro (PSL) para presidente enquanto estrangeiros deixavam o país.

A moeda americana também se valorizou e se consolidou ao redor dos R\$ 3,85 após intervenções do Banco Central no mercado.

O Ibovespa, principal índice acionário do país, encerrou a sexta-feira (30) em queda de 0,23%, a 89.504 pontos, após passar boa parte do pregão acima do patamar histórico de 90 mil pontos. Na máxima, o índice foi negociado a 90.245 pontos. O volume financeiro foi de R\$ 19,6 bilhões, acima da média do mês.

Em novembro, a valorização do índice foi conduzida por gestores de fundos locais, que voltaram a elevar suas aplicações em Bolsa apostando que a recuperação da economia brasileira e as reformas prometidas pelo governo Bolsonaro poderão garantir ganhos adicionais.

Já os investidores estrangeiros resgataram recursos aplicados no país, o que ocorreu pelo segundo mês consecutivo. No ano, a saída de dinheiro estrangeiro chega a R\$ 10 bilhões, segundo dados da B3.

Para Alvaro Bandeira, economista-chefe da Modal-mais, há ainda certo receio de investidores estrangeiros com Bolsonaro, o que explicaria a saída de recursos até que as medidas prometidas comecem a sair do papel.

"O movimento é muito em cima de expectativa de governo Bolsonaro, o investidor estrangeiro está com o pé atrás, e aqui o pessoal está acreditando que governo vai fazer algumas coisas interessantes", afirma.

Há, porém, um recrudescimento no ambiente de risco no cenário externo, com o temor de um agravamento da guerra comercial entre Estados Unidos e China e o reflexo que essa queda de braço pode ter sobre a economia global, que dá sinais de desaceleração.

As Bolsas americanas chegaram a zerar ganhos do ano no pior momento do mês, mas se firmaram no positivo.

O pessimismo contagiou o mercado de matérias-primas, derrubando cotações do petróleo e minério.

Quando o cenário para investimentos de risco fica mais adverso, operadores tendem a migrar recursos que estão aplicados em emergentes rumo aos Estados Unidos, mercado considerado mais seguro. Isso pode ser percebido nos movimentos marcados no gráfico do Ibovespa ao longo do mês.

Da mesma forma, o dólar voltou a subir ante o real no mês de novembro, fechando a R\$ 3,8550. A valorização foi de 3,9%.

De uma cesta de 24 divisas emergentes, o real foi a que mais perdeu valor ante a moeda americana no mês.

Além do cenário externo ruim, o câmbio também foi pressionado por um movimento típico de fim de ano, quando empresas multinacionais enviam lucros para matrizes fora do país.

O Banco Central ofereceu leilões de venda de moeda com compromisso de recompra, medida que garante a oferta no mercado e reduz a pressão de alta.

Mas, ainda nesta semana, a sinalização do Fed (Federal Reserve, o banco central do Estados Unidos) de que a taxa de juros americana já está próxima do nível ideal trouxe um sinal de alívio para o mercado e reduziu a pressão sobre o câmbio.

Os próximos passos do mercado financeiro serão baseados agora no resultado da reunião entre o presidente dos EUA, Donald Trump, e o líder Xi Jinping, em Buenos Aires, durante encontro do G20.

Haverá ainda uma reunião da Opep (associação dos produtores de petróleo) para uma tentativa de acordo que possa cortar a produção mundial do combustível, em um esforço para conter a queda dos preços.

Os preços recuam porque a oferta de petróleo deve crescer acima da demanda, Trump, porém, pressiona para que não haja alterações, o que pode dificultar um acordo, mantendo os mercados sob pressão ao longo de dezembro.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 01/12/2018**

**Seção: Economia**

**Autor: André Borges**

**Título: Almirante vai comandar Ministério de Minas e Energia**

Transição. Bento Costa Lima, anunciado ontem por Bolsonaro, é o sexto militar escolhido para atuar no primeiro escalão do governo; a expectativa, por conta de seu perfil, é que ele dê mais atenção a projetos nucleares, como a usina de Angra 3, que está paralisada

Almirante é entusiasta da energia nuclear

Indicação para ministério surpreendeu setor

**Bento Costa Lima Leite para o comando do Ministério de Minas e energia,** sexto militar escolhido pelo futuro presidente Jair Bolsonaro para atuar no

primeiro escalão do governo, deve fortalecer o desenvolvimento de tecnologias nucleares no País, um setor que, nos últimos anos, passou por uma série de dúvidas quanto ao seu futuro. Bento é um entusiasta da tecnologia nuclear e hoje ocupa o cargo de diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha. Nos últimos anos, ele se concentrou no projeto do submarino de propulsão nuclear, que tem sido desenvolvido pelo Brasil em parceria com a França. O submarino, que já teve seu projeto básico aprovado, é avaliado em R\$ 35 bilhões. A expectativa é que sua construção se inicie em 2022. Bento também coordena as atividades de construção de quatro submarinos convencionais. Ao longo deste ano, o futuro ministro de Minas e energia fez diversas palestras sobre o programa nuclear brasileiro.

Bento também tem conduzido as operações do Centro Experimental de Aramar (CEA), da Marinha, em Iperó (SP). A ambição dos militares é transformar a região no maior polo de desenvolvimento nuclear do País. Uma vez no governo, Bento deverá dar um destino às obras paralisadas da usina nuclear de Angra 3. Projeto do período militar, Angra 3 começou a ser erguida em 1984. Suas obras prosseguiram até 1986, mas depois ficariam paralisadas por 25 anos, até serem retomadas em 2009 pelo ex-presidente Lula. O empreendimento travaria novamente em 2015, por causa de denúncias da Lava Jato. Hoje o Brasil possui apenas duas usinas nucleares, Angra 1 e 2, que respondem por apenas 1,3% da energia total que é produzida no País. A cúpula de transição de Bolsonaro já deu sinais de que pretende concluir a usina (leia mais acima). Bento também defende a exploração da tecnologia nuclear como incentivo ao desenvolvimento da tecnologia de enriquecimento e produção nacional do combustível nuclear.

Esse combustível é retirado do urânio, um mineral encontrado em grande quantidade na Bahia, onde há uma planta em operação da estatal Indústria Nucleares do Brasil (INB), ligada ao MME. O minério é um monopólio da União, por isso só pode ser explorado pela INB. Apesar de o Brasil dominar o conhecimento sobre o enriquecimento do urânio para produção das pastilhas de combustível usadas nas usinas, a etapa final dessa produção continua a ser feita na Europa. A atenção para projetos nucleares pode até ressuscitar planos antigos, como a proposta de erguer quatro usinas desse tipo no País, iniciativa defendida pela ex-presidente Dilma Rousseff. Os projetos estavam em etapas avançadas até meados de 2011, quando o incidente nuclear de Fukushima, no Japão, colocou as propostas na gaveta.

A escolha do almirante foi recebida com grande surpresa por profissionais do setor elétrico, que pouco conhecem o futuro ministro e seu trabalho. Quem esperava a indicação de um técnico, como o economista Luciano de Castro, atualmente na Universidade de Iowa, se frustrou. Mas houve alívio por não terem seguido com as indicações de deputados sugeridos pela bancada evangélica. “Dentre as possibilidades, considerando toda uma composição política que o

próximo governo precisa fazer, foi uma escolha”, disse o presidente da Associação Brasileira de Companhias de energia Elétrica, Alexei Vivan. Para um profissional do setor, com a indicação, Bolsonaro deu uma forte sinalização de que está preocupado com a segurança nacional do País do ponto de vista energético e que o novo ministro vai avançar na agenda de leilões para promover mais investimentos. / COLABOROU LUCIANA COLLET

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 01/12/2018

**Seção:** Economia

**Autor:** Renée Pereira Renata Agostini

**Título:** Conta de R\$ 200 milhões emperra reestruturação da Queiroz Galvão

Uma conta de cerca de R\$ 200 milhões está emperrando o fechamento do acordo de reestruturação da dívida de R\$ 10 bilhões do grupo Queiroz Galvão. O ‘Estado’ apurou que os credores exigem que a empresa pague a primeira parcela da dívida no ato da assinatura do contrato, mas a holding só quer desembolsar o montante depois que todo o processo for concluído, com a formalização das garantias. Segundo fonte próxima às negociações, os acionistas temem que a companhia faça o pagamento e, depois, durante a definição das condições precedentes, algum credor desista do acordo. A medida levaria o grupo a recorrer a um pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, mas sem R\$ 200 milhões em caixa, que já teriam sido desembolsados. Pela proposta, a Queiroz teria um ano de carência para pagamento. No segundo ano, haveria o desembolso de juros e, no começo do terceiro ano, a empresa iniciaria a amortização de 14% dos débitos.

As negociações se arrastam desde o fim de 2016 e precisam ser concluídas até o fim do ano, afirma um executivo envolvido no processo. Caso contrário, a saída será uma recuperação extrajudicial ou judicial. A reestruturação inclui a dívida da construtora, da área imobiliária, do setor elétrico, da siderurgia, do braço de alimentos e do estaleiro. Ficaram de fora dívidas de negócios que não enfrentam problemas no curto prazo, como a empresa de exploração e produção de petróleo e a Vital, de coleta de lixo, que tem uma participação minoritária do grupo. No início da semana, o braço de energia do grupo, que responde por 35% da dívida, entrou em recuperação extrajudicial por causa da inadimplência na Câmara de Comercialização de energia Elétrica (CCEE), que poderia resultar na expulsão da empresa do ambiente de negócios.

Óleo e gás. Enquanto tenta definir o futuro da holding, a família Queiroz Galvão avança na solução para sua empresa de aluguel de sondas de petróleo, a Constellation, que está fora do escopo da holding. A recuperação judicial é vista como solução mais provável. A expectativa é que o pedido de proteção à Justiça

seja protocolado até sexta-feira. Pelo acordo que vem sendo costurado, a Constellation ganharia prazo de até dez anos para pagar a dívida, que soma US\$ 1,7 bilhão – hoje, os financiamentos venceriam até 2024. Todas as plataformas da companhia serão oferecidas como garantia.

A negociação envolve datas de pagamento diferentes a depender do credor. Aqueles que aceitarem emprestar mais dinheiro à empresa ganhariam preferência no recebimento, segundo explicou ao Estado fonte que participa das conversas. O valor desse novo empréstimo dependerá da velocidade com que a Constellation recolocar suas sondas no mercado. Se fechar contratos de aluguel rapidamente, o dinheiro pode não ser necessário. Mas, caso as sondas permaneçam ociosas, o caixa só dura até abril ou maio, diz uma fonte a par dos números. A família seguirá dona, com 74% da empresa, mas não poderá receber dividendos até o pagamento total da dívida. Procuradas, Queiroz Galvão e Constellation não comentaram.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 01/12/2018

**Seção:** Economia

**Autor:** Tânia Monteiro Leonencio Nossa / BRASÍLIA

**Título:** Presidente eleito cogita general para comandar área de Esportes

Indicado pelo vice, Hamilton Mourão, Marco Aurélio Vieira é cotado para a área, que perderá o status de ministério

O futuro governo de Jair Bolsonaro poderá ter mais um general na equipe. Indicado pelo vice-presidente eleito, o também general Hamilton Mourão, Marco Aurélio Costa Vieira pode assumir a área de Esportes, que perderá status de ministério no futuro governo e será incorporada à pasta da Cidadania.

A ligação com as Forças Armadas tem sido um trunfo para candidatos a vagas na futura gestão. Até agora, Bolsonaro já escolheu seis militares e outros dois nomes com formação militar para o primeiro escalão do governo. Além do vice, que acumulará funções da Casa Civil, o novo governo terá os generais Augusto Heleno, futuro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); Carlos Alberto dos Santos Cruz, que irá para a Secretaria de Governo, e Fernando Azevedo e Silva, no Ministério da Defesa.

Também farão parte do primeiro escalão o astronauta Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia), que é tenente-coronel da Força Aérea Brasileira (FAB), e o almirante de esquadra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, oficial da Marinha, anunciado ontem para o **Ministério de Minas e energia**.

Além deles, dois futuros ministros têm formação militar. Tarcísio Gomes de Freitas, escolhido para a Infraestrutura, é formado pelo Instituto Militar de Engenharia, e Wagner Rosário, que continuará à frente da Controladoria-Geral da União (CGU), é graduado e pós-graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras e pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército.

Também há militares escolhidos para cargos importantes, mas sem status de ministérios. É o caso do general Maynard Santa Rosa, que vai para a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). O general Floriano Peixoto Vieira Neto é cotado para assumir a Secretaria de Comunicação Social do governo.

Paraquedista.

O general Marco Aurélio Costa Vieira, cotado para assumir a Secretaria de Esportes, é paraquedista, como Bolsonaro, e foi diretor executivo de Operações da Olimpíada do Rio e diretor executivo do Revezamento da Tocha Olímpica em 2016.

Ele já faz parte da equipe de transição que tem trabalhado no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), em Brasília. Segundo o deputado Osmar Terra (MDB-RS), futuro ministro da Cidadania, ao qual a área será subordinada, Vieira é um nome “respeitável”.

Outro nome que pode ser confirmado no governo é o da advogada e pastora Damares Alves, convidada para chefiar o novo Ministério de Direitos Humanos, Família e Mulheres depois que Bolsonaro rejeitou indicações feitas pela bancada evangélica.

Damares é assessora do senador Magno Malta (PR-ES), que esperava um convite para compor o primeiro escalão. Parte da bancada evangélica avalia que a sondagem a Damares foi uma “afronta” e “ingratidão” a Malta.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 01/12/2018

**Seção:** Opinião

**Autor:** Adriano Pires

**Título:** O conto do sapo

O conto do sapo, muito utilizado em palestras e cursos, diz que um sapo inserido num recipiente com água na mesma temperatura inicial do seu habitat não percebe o aquecimento gradual da água e permanece estático até morrer na fervura. O mesmo experimento feito com água a uma temperatura inicial elevada provoca uma reação instantânea no sapo, que salta imediatamente para fora do recipiente, evitando a morte.

A situação em que se encontra o mercado de combustíveis e do gás de cozinha no Brasil assemelha-se ao sapo lentamente cozido do conto. É consenso entre os principais agentes do setor, de empresas a associações de classe, que a dependência da importação, a insegurança jurídica e regulatória, os gargalos logísticos e a ausência de investimentos em infraestrutura constroem um cenário preocupante para o setor de combustíveis brasileiro.

A previsão de aumento da demanda em 20% na próxima década, maior que a oferta, potencializa essa preocupação. A importação líquida de derivados de petróleo no Brasil atingiu mais de 500 mil barris de petróleo por dia (bpd), o que corresponde a 23,4% do consumo anual.

Dentro do setor, o diesel apresenta grande importância em razão do seu uso no abastecimento de veículos pesados, que dominam o transporte de mercadorias, tanto por rodovias quanto por ferrovias. Com o atendimento de 44% da demanda, esse combustível tem números de importação parecidos com a média dos outros derivados, atingindo cerca de 24% do total consumido.

Esses dados parecem contraditórios com o crescimento recente da produção e exportação de petróleo registrado no Brasil, mas são justamente um sintoma dos problemas existentes. Apesar do aumento registrado na produção e na exportação de petróleo, a importação de derivados continuará a aumentar nos próximos anos, por causa da ausência de investimentos em refino.

As 17 refinarias atualmente em operação no Brasil têm capacidade de refino total de 2,4 milhões de bpd, tendo efetivamente realizado 1,7 milhão de bpd em 2017. Porém, desse montante, a Petrobrás foi responsável por mais de 98%, equivalentes à sua parcela em capacidade instalada. Outro aspecto importante é a política de preços adotada.

A paridade internacional, atingida em 2017, permitiu a diminuição da participação da Petrobrás e a diversificação da importação, reduzindo a parcela da empresa de 83,7% para 21,4% na gasolina e de 84,2% para 4,3% no diesel, entre 2015 e 2017. Essa nova dinâmica promoveu maior concorrência entre os importadores, Petrobrás e as distribuidoras.

Ou seja, a meta de aumentar a competição e beneficiar o consumidor estava sendo alcançada. É importante que se atente para a necessidade de abertura do mercado de refino para atrair investimentos no Brasil. A diferença entre o spread dado pelos custos logísticos para a exportação do óleo e a importação do derivado poderia ser incorporada nas margens de refino nacional.

Sendo assim, é urgente concluir projetos paralisados, abrir o acesso às infraestruturas e simplificar a política tributária e a paridade internacional de

preços. As expectativas de criar uma agenda de vanguarda para o segmento de downstream no novo governo está presente e o mercado, ansioso para esse acontecimento.

Não tenho dúvidas de que o setor de petróleo e gás natural poderá ser uma redenção econômica para o Brasil. Para isso, é preciso que o novo governo dê muita atenção e celeridade às suas ações criando estabilidade regulatória e segurança jurídica capaz de atrair grandes investimentos em toda a cadeia.

No caso específico do downstream, o desafio maior será afastar de vez os fantasmas do congelamento, tabelamento e ressarcimento que ressurgiram na greve dos caminhoneiros, incluindo definitivamente o Brasil na Bacia do Atlântico como um grande agente importador e exportador.

Feito isso, a Petrobrás deve desenhar um modelo de forma rápida e transparente para a venda de refinarias e da BR Distribuidora. Caso não se reflita sobre este cenário, ficaremos como o sapo lentamente aquecido do conto, deixando o tempo passar até quando as saídas serão mais difíceis e complicadas.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 01/12/2018

**Seção:** Colunas

**Autor:** Sonia Racy

**Título:** Back to the past

#### Direto da fonte

Aos poucos, a Petrobrás vai voltando aos patrocínios. Na segunda-feira, a estatal anuncia pacote de 68 novos projetos socioambientais em que investirá R\$ 180 milhões em dois anos. Coisa que não fazia desde 2014. E no dia seguinte, terça, vem novo apoio, agora a projetos inovadores em música, interrompidos em 2012. Serão R\$ 10 milhões, no Petrobrás Música em Movimento. Projetos podem ser apresentados até 4 de janeiro.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 01/12/2018

**Seção:** Economia

**Autor:** Daniela Amorim Vinicius Neder

**Título:** Investimentos têm alta artificial com plataformas

Fim de benefício fiscal para petroleiras faz empresas ‘importarem’ equipamentos que já estavam aqui, elevando a taxa de investimentos

Os investimentos na economia cresceram 6,6% na passagem do segundo trimestre para o terceiro trimestre do ano, embora tenham sido artificialmente turbinados pelas mudanças nas regras do Repetro, o regime especial de tributação da indústria de petróleo e gás. Criado em 1999, o Repetro desonerava a importação de equipamentos, desde que não fossem incorporados ao estoque de capital do País. A restrição deu origem a uma manobra das petroleiras, para aproveitar o benefício fiscal. As plataformas fabricadas no Brasil eram “vendidas” a subsidiárias no exterior, que alugavam as instalações de volta para a companhia brasileira. No entanto, as plataformas permaneciam produzindo em território brasileiro, só se alterava a titularidade.

Essa manobra garantia às petroleiras um benefício fiscal, mas, nas estatísticas do Produto Interno Bruto (PIB), subdimensionava os investimentos. Afinal, uma atividade que era registrada como exportação, na verdade, tinha efeitos na economia real brasileira. Em março passado, a Receita Federal mudou as regras do Repetro. Desonerou também os equipamentos com permanência definitiva no País e determinando que as manobras fossem desfeitas até o fim de 2019. As empresas que tinham feito a exportação fictícia de plataformas no passado passaram a desfazer o esquema, transferindo os equipamentos de suas subsidiárias no exterior para as sedes no Brasil. Essas transferências estão sendo registradas agora como importações, com impacto também sobre os investimentos.

O Estadão/Broadcast havia antecipado há duas semanas que as mudanças teriam efeito positivo no PIB. Nas contas do IBGE, se não fossem as mudanças no Repetro, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida dos investimentos no PIB) teria avançado 2,7% no terceiro trimestre ante igual período de 2017, em vez dos 7,8% de alta efetivamente registrados. Mesmo a alta de 2,7% já seria a quarta seguida, mantendo o mesmo ritmo dos trimestres anteriores. “Independente de qualquer coisa, a gente teria taxa positiva dos investimentos. Não mudaria o sinal, mas mudaria a magnitude”, afirmou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE. Ele disse que houve crescimento na produção interna e na importação de bens de capital no terceiro trimestre.

Efeito. Apesar do efeito estatístico, o impacto prático do fenômeno das plataformas na economia real foi nulo, explicou Rebeca. Isso porque as importações contribuem negativamente para o cálculo da atividade econômica, compensando assim o crescimento exacerbado dos investimentos. “O investimento caiu mais de 30% de 2014 até a metade de 2017, o que é absurdamente alto. Houve um desinvestimento enorme na economia durante a crise. Mesmo depois, ainda mantiveram-se fracos. Acho que recomeçou o ciclo

de investimento, mas não é hora de euforia ainda”, disse Fabio Bentes, chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). / COLABORARAM MARIA REGINA SILVA E CAIO RINALDI

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 01/12/2018

**Seção:** Política

**Autor:** Rodolfo Costa

**Título:** 7º militar na Esplanada é recado a políticos

O presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) deu o recado à ala política e até ao mercado sobre a falta de consenso por um nome para comandar **o ministério de Minas e Energia**. Ontem, o futuro chefe do Palácio do Planalto indicou o almirante de esquadra Bento Costa de Albuquerque Junior para a pasta. É o 20º ministro confirmado e o sétimo militar na equipe ministerial do primeiro escalão.

A indicação foi uma escolha a dedo de Bolsonaro e um aviso aos políticos de que a falta de acordo em relação ao nome de um ministro será resolvida por ele. Pelo menos três foram cotados: o economista Adriano Pires, diretor e sócio do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie); o engenheiro Paulo Pedrosa, ex-secretário executivo de Minas e Energia; e o deputado Jaime Martins (Pros-MG).

Desde o desgaste com a bancada evangélica por sondagens a um ministro da Educação, Bolsonaro se prontificou em ouvir mais aliados e frentes parlamentares antes de tomar uma decisão. Nesta semana, recebeu deputados e senadores de diferentes frentes para conversar sobre indicações em diferentes ministérios. A ideia, porém, o frustrou pela falta de consenso. O mais cotado, Pedrosa, tinha o respaldo do mercado, mas não agradava a ala do MDB e do DEM, que era mais favorável a Adriano Pires.

Aliados e integrantes da bancada do próprio PSL insatisfeitos com o crescimento do DEM sobre a Esplanada dos Ministérios, no entanto, vetaram o nome de Pires. Ele é próximo de autoridades, como o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o governador eleito de Goiás, senador Ronaldo Caiado (DEM), que já havia indicado o deputado Luiz Henrique Mandetta (DEM) para o Ministério da Saúde.

A sugestão de Martins, embora agradasse a parte da ala política, não foi bem-recebida por analistas de mercado, que avisaram a equipe econômica do governo de transição. Se as sugestões do parlamentar, de Pires e Pedrosa não agradaram a parte do mercado e a congressistas, o mesmo não se pode dizer de militares. Membro da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra,

Pires foi elogiado por ala ligada às Forças. O mesmo valia para Pedrosa, que tem proximidade com militares por questões familiares.

Na dificuldade de um nome consensual, a solução foi lançar um militar. Consagrou-se, assim, o que pode se tornar um hábito de Bolsonaro nas próximas indicações. “Na dúvida entre técnicos e políticos, põe um militar”, diz um integrante do governo de transição. Ao mesmo tempo, a decisão prestigia a Marinha. Entre as Forças Armadas, era a única instituição que não tinha o comando de um ministério.

A Aeronáutica terá o controle da Ciência e Tecnologia, com o ministro Marcos Pontes, tenente-coronel da reserva. O Exército conta com cinco ministros, sendo dois generais do exército, Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e Azevedo e Silva (Defesa); um general de divisão, Santos Cruz (Secretaria de Governo); e dois capitães reformados, Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura) e Wagner Rosário (Controladoria-Geral da União).

#### Ações

A opção por Bento não foi bem-recebida pelo mercado. A principal prova disso é que as ações ordinárias e preferenciais da Eletrobras caíram 4,11% e 2,39%, respectivamente. Mesmo com a decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), em revogar na quinta-feira a liminar que impedia o leilão da distribuidora da estatal em Alagoas, a Ceal, o mau humor foi a tônica na abertura do pregão.

O entendimento do mercado é que um militar no Ministério de Minas e Energia representa um perfil mais nacionalista e conservador, e não liberal, como defendem os investidores, explica o analista-chefe de cobertura de empresas da corretora de valores Spinelli, Glauco Legat. “Ser militar não o desqualifica, mas, teoricamente, não é uma pessoa pró-mercado. Não agrada aos agentes, porque se debatiam outros mais técnicos.”

A escolha, na prática, sinaliza o pé no freio no processo de venda de ativos da Eletrobras e outras estatais no setor elétrico. No entanto, a escolha foi coerente com o que diz Bolsonaro desde a campanha, de não privatizar toda a Eletrobras por ser uma empresa estratégica, avalia o cientista político Cristiano Noronha, vice-presidente da Arko Advice. “Foi uma forma de prestigiar a Marinha e equilibrar as Forças Armadas no primeiro escalão e manter o padrão de indicar um nome com algum entendimento técnico no setor”, avaliou. Bento é diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha.

Promessa  
de empenho

Aos 60 anos, o carioca Bento Albuquerque promete empenho para transmitir confiança e previsibilidade ao mercado e aos consumidores. Atualmente, ele ocupa o cargo de diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha. A trajetória que culminou na ascensão ao último posto da Força, almirante de esquadra, começou em 1973. Comandou a Força de Submarinos e foi chefe de gabinete do Estado-Maior da Armada. É pós-graduado em ciência política e gestão pública.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 01/12/2018

**Seção:** Política

**Autor:** Denise Rothenburg

**Título:** O "balance" das Forças e da economia

## Brasília-DF

A escolha do almirante Bento Costa Lima para **ministro de Minas e Energia** faz parte do contrapeso político que o presidente eleito pretende dar ao seu governo. Além de compensar a Marinha por ter deixado a Defesa nas mãos do Exército, o presidente terá ali alguém que vê esse setor como estratégico, portanto, não poderá ser quase que totalmente privatizado, como defende o grupo mais ligado ao ministro da Economia, Paulo Guedes. Aos poucos, Bolsonaro vai levando seu governo para um ponto de equilíbrio, ao qual ele próprio pretende se fixar, como árbitro de todo o processo.

**MME / ASCOM .**